

ESC ENERGIA S.A.

CNPJ nº 15.146.011/0001-51
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.
São Paulo, 28 de março de 2014

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota Explicativa	2013 (Reapresentado)	2012 (Reapresentado)
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa		3.945	9
Títulos e valores mobiliários		688	—
Impostos e contribuições a recuperar		178	—
Total do ativo circulante		4.811	9
Não Circulante			
Investimentos	4	1.630.219	1.404.354
Total do Ativo		1.635.030	1.404.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)									
	Reserva de Lucros					Lucros Acumulados	Total	2013	2012
	Nota Explicativa	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reserva de Capital	Reserva Legal				
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (Não Auditado)		1	(1)	—	—	—	—	—	—
Integralização de capital social		—	1	—	—	—	—	—	1
Aumento de capital com participação em controlada em conjunto		975.609	—	—	—	—	975.609	—	975.609
Resultado abrangente total do exercício		—	—	—	—	(120.204)	39.747	(80.457)	—
Dividendos prescritos em investidas		—	—	—	—	—	443	443	—
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva legal		—	—	—	1.987	—	(1.987)	—	—
Constituição de reserva de lucros		—	—	—	—	28.762	(28.762)	—	—
Dividendos propostos		—	—	—	—	—	(9.440)	(9.440)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (Reapresentado)		975.610	—	—	1.987	28.762	(120.204)	886.156	—
Aumento de capital		6	68.186	—	—	—	—	68.186	—
Resultado abrangente total do exercício		4.2	—	—	—	106.652	202.864	309.516	—
Oferta pública de ações - CPFL Renováveis S.A.		4.2	—	—	14.428	—	—	14.428	—
Dividendos prescritos em investidas		—	—	—	—	—	1.258	1.258	—
Antecipação de dividendos		—	—	—	—	(28.762)	(39.849)	(68.611)	—
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva legal		—	—	—	10.206	—	(10.206)	—	—
Dividendos a distribuir		—	—	—	—	—	(8.630)	(8.630)	—
Constituição de reserva de lucros		—	—	—	—	145.437	(145.437)	—	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		1.043.797	—	14.428	12.193	145.437	(13.552)	1.202.303	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 10 de novembro de 2011 por sua controladora VBC Energia S.A.. A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.600 - 12º andar - Sala 11 - Itaim Bibi - São Paulo - SP - Brasil.

A ESC Energia S.A. ("ESC" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de participar no capital de outras sociedades e na administração de bens e negócios próprios ou de terceiros. Em decorrência do aumento de capital ocorrido em 25 de março de 2013, e conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a ESC passou a deter 24,33% (23,30% em dezembro de 2012) da CPFL Energia S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando conforme as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Companhia pelo seu valor justo ou pelo custo.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, quando requerido e os investimentos mensurados com base na equivalência patrimonial. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras intermediárias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 já contemplam a adoção dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3.1. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros classificados como:

Valor justo por meio de resultado, que são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado.

Os ativos financeiros que a Companhia tem classificado nesta categoria são os saldos de caixa e equivalentes de caixa (nota 4).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros classificados como:

Outros passivos financeiros, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) empréstimos e financiamentos (nota 6), e (ii) encargos de dívidas (nota 6).

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em controlada em conjunto é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com contrapartida no resultado do exercício. Efeitos registrados como outros resultados abrangentes das investidas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos em outros resultados abrangentes na Companhia.

3.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICP 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atender, neste momento, o critério de obrigação.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.5. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41. O lucro básico por ação é igual ao lucro líquido por ação para todos os períodos apresentados.

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas

As "International Financial Reporting Standards - IFRSs" novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos anuais, iniciadas em/ou após 1º de janeiro de 2013, foram adotadas nas informações financeiras.

CPC	IFRS/IAS	Descrição
	IAS 1	Modificações a norma - Apresentação dos itens de outro resultado abrangente
	IFRS 7	Modificações a norma - Divulgação - compensação de ativos financeiros e passivos financeiros
CPC 36 (R3)	IFRS 10	(revisada em 2011) - Demonstrações financeiras consolidadas
CPC 19 (R2)	IFRS 11	Separadas
CPC 45	IFRS 12	Divulgação de participações em outras entidades
CPC 46	IFRS 13	Mensuração do valor justo
CPC 33 (R1)	IAS 19	(Revisada em 2011) - benefícios a empregados
CPC 35 (R2)	IAS 27	(revisada em 2011) - Demonstrações financeiras separadas
CPC 18 (R2)	IAS 28	(revisada em 2011) - Investimentos em coligadas e "Joint Ventures"
	IFRIC 20	Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície

3.7. Normas e interpretações novas ainda não adotadas

IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros ⁽¹⁾
IFRS 9	Instrumentos financeiros ⁽²⁾
	Data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição ⁽³⁾

⁽¹⁾ Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2014.

⁽²⁾ Em vigor para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2015.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do

compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelo IFRS.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos.

3.8. Representação das informações contábeis de 2012 pela controlada em conjunto CPFL Energia S.A.

A controlada em conjunto CPFL Energia S.A. ("CPFL") adotou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19 (R1) - Benefícios a Empregados. Uma vez que a adoção deste pronunciamento é uma mudança de prática, a qual deve ser aplicada retrospectivamente conforme CPC 23 - Políticas contábeis, mutação de estimativa e retificação de erro, a CPFL e suas controladas representaram, para fins de comparação, os saldos de 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa representação no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$120.204, e com reflexo nas contas patrimoniais, conforme segue:

	2012		
	Apresentado Anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Balanço Patrimonial			
Ativo circulante	9	—	9
Ativo não circulante			
Investimento	1.524.558	(120.204)	1.404.354
Total do ativo	1.524.567	(120.204)	1.404.363
Passivo circulante	209.472	—	209.472
Passivo não circulante	308.735	—	308.735
Patrimônio líquido	1.006.360	(120.204)	886.156
Resultado abrangente	—	(120.204)	(120.204)

A Companhia passou a deter investimentos na CPFL Energia S.A. a partir de 22 de outubro de 2012, não havendo, portanto, efeitos relevantes a serem reapresentados no balanço patrimonial em 31 de janeiro de 2012 e nas demonstrações de resultado, resultado abrangente e fluxo de caixa para o exercício de 2012.

4. INVESTIMENTOS

	2013	2012 (Reapresentado)
Participação no patrimônio líquido da CPFL Energia S.A.	1.708.707	1.486.611
Lucro não realizado entre entidades sobre controle comum (a)	(78.488)	(82.257)
Participação no patrimônio líquido apresentado	1.630.219	1.404.354

(a) Este saldo refere-se à eliminação de lucros nas empresas RGE, SEMESA, CPFL Geração e CPFL Paulista por conta do processo de reorganização societária, conforme estabelecido nos contratos de concessão entre as empresas subsidiárias e a agência reguladora ANEEL, ocorridos em 2001, estando de acordo com a aplicação da interpretação técnica ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, em relação aos lucros não realizados em operação com controlada em conjunto.

4.1. Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

	% de participação	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Resultado do período	Participação no patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial (*)	Resultado abrangente
CPFL Energia S.A.	24,33%	7.023.899	949.036	1.630.219	234.619	111.923

(*) As equivalências patrimoniais do ano contemplam as mudanças de participação e os resultados dos períodos correspondentes (23,30% entre 22 de outubro de 2012 e 25 de março de 2013 e 24,33% no período restante).

4.2. Movimentação do investimento

Saldo inicial em 1º de janeiro de 2012	—
Aporte de capital com investimento	1.474.441
Dividendos prescritos	443
Ajustes de avaliação patrimonial	(120.204)
Resultado de equivalência patrimonial	49.674
Saldo em 31 de dezembro 2012 (Reapresentado)	1.404.354

Aporte de capital com investimento

Dividendos recebidos

Dividendos prescritos

Ajustes de avaliação patrimonial

Oferta de ações CPFL renováveis (a)

Resultado de equivalência patrimonial

Saldo em 31 de dezembro 2013

(a) Em 19 de agosto de 2013, foi concluída a oferta pública de distribuição primária da controlada em conjunto CPFL Renováveis. Como consequência dessa operação a Companhia, através da sua controlada em conjunto CPFL Energia S.A., apurou uma variação na participação societária no montante de R\$14.428 de acordo com o ICP 09 e IAS 27 foi reconhecido como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido, uma vez que se caracteriza como operação entre sócios.

4.3. Valor Justo dos Investimentos

O valor de mercado dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Quantidade total de ações	Participação	Quantidade de ações detidas	Preço da ação (em reais) 31 de dezembro de 2013	Valor de mercado
962.274.260	24,33%	234.092.930	19,09	4.468.834

	2013	2012
Quantidade de ações	234.092.930	224.195.070
Percentual de participação	24,33%	23,30%
Caixa e equivalentes de caixa	4.206.422	2.435.034
Outros ativos	3.057.901	3.109.904
Ativo circulante	7.264.323	5.544.938
Ativo não circulante	23.778.473	23.379.341
Ativo	31.042.796	28.924.279
Passivos financeiros circulantes (*)	1.873.578	2.076.629
Outros passivos	3.031.953	2.892.818
Passivo circulante	4.905.531	4.969.447
Passivos financeiros não circulantes (*)	15.266.324	13.587.437
Outros passivos	2.072.223	2.476.266
Passivo não circulante	17.338.547	16.063.703
Passivo	22.244.078	21.033.150
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	7.023.899	6.380.728
Patrimônio líquido dos acionistas dos não controladores	1.774.819	1.510.401
Patrimônio líquido	8.798.718	7.891.129
Receita líquida	14.633.856	14.890.875
Depreciação e amortização	(1.055.230)	(978.926)
Receitas financeiras	699.208	706.963
Despesas financeiras	(1.670.651)	(1.284.736)
Outros resultados	(11.087.983)	(11.456.178)
Resultado das operações continuadas antes dos impostos	1.519.200	1.877.998
Imposto de renda e contribuição social	(570.164)	(670.936)
Lucro das operações continuadas	949.036	1.207.062
Outros resultados abrangentes	460.226	(572.225)
Resultado abrangente total	1.409.262	634.837
Dividendos ou distribuição de lucros recebidos	112.607	79.730

Compromissos

Compra de energia	108.491.659	93.923.119
Itaipu	21.485.151	17.068.094
Projetos de construção de usina	963.852	2.062.352

5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

Moeda nacional	Encargos	2013	2012
Empréstimo - BNDES	TJLP mais juros de até 2,5% a.a.	317.398	508.740
Parcela no passivo circulante		308.720	185.232
Parcela no passivo não circulante		—	308.719
Encargos no passivo circulante		8.678	14.789
Total ao custo amortizado		317.398	508.740

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.